



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45

**10ª Reunião da Câmara Técnica de Assuntos
Jurídicos, CTAJ.**

Brasília/DF.
04 de novembro de 2014.

*(Transcrição ipsis verbis)
Empresa ProixL Estenotipia*

46 **SR. JOSÉ MAURO DE O. DE ALMEIRA – PRESIDENTE (MMA)** – Estamos
47 prontos? Pessoal, chegou o nosso quórum. Gostaria de começar a pauta dessa
48 manhã. Primeiro, bom dia, desculpem o atraso, além da consulta, eu ainda
49 peguei um engarrafamento gigante ali na EPTG, com essa chuva. Estava
50 gigante, só de engarrafamento, acabou a consulta 9h da manhã, eu cheguei
51 aqui 10h05, para vocês verem, uma hora de engarrafamento ali. Bom, a nossa
52 pauta finalizando será a proposta de resolução que dispõe sobre
53 gerenciamento ambientalmente adequado das *Bifenilas Policloradas*, PCB's e
54 dos seus resíduos. É o Márcio que vai falar ou a Zilda?

55

56

57 **SR. LEONARDO ESTRELA BORGES (CNI)** – Eu não sei. O Daniel tinha
58 proposto, ontem no final da reunião, de nós só lermos os anexos só para saber
59 se não tem erro.

60

61

62 **SR. JOSÉ MAURO DE O. DE ALMEIRA – PRESIDENTE (MMA)** – Atenção,
63 Bruno. Os anexos, a única coisa que foi feita, é a única coisa que foi feita foi
64 retirada aquelas referências que estavam ali, Alan, 2006, foi colocar também a
65 linguagem, o AD, o aeródromo. Então, ficou assim os anexos, versão limpa.
66 Pode, pode ler sim. O anexo 2 é que tinha mais...

67

68

69 **SR. BRUNO LÚCIO MOREIRA MANZOLILLO (FBCN)** – Já tem um
70 detalhezinho de redação com as espécies-problema. É aqui embaixo,
71 parâmetros classificatórios de espécie-problema.

72

73

74 **SR. JOSÉ MAURO DE O. DE ALMEIRA – PRESIDENTE (MMA)** – Ali o AD
75 foi substituído pelo aeródromo e foram retiradas as referências bibliográficas.

76

77

78 **SR. NÃO IDENTIFICADO** - Acha que vale a pena, depois é importante para
79 nós sabermos, porque a pessoa lê, encontra uma outra referência em um outro
80 documento e quem não é iniciado, como nós, não sabe que é AD e a maioria
81 da população não sabe o que é AD e pode encontrar alguma outra, pode
82 encontrar alguma outra norma.

83

84

85 **SR. BRUNO LÚCIO MOREIRA MANZOLILLO (FBCN)** – Presidente, eu
86 estou com uma dúvida, porque que depois de palavra amostragens está escrito
87 censos e censos não são feitos por amostragem. Censo é censo, estatística de
88 amostragem é outra coisa. Eu não estou entendendo porque que diz que deve
89 considerar apenas amostragens e está entre parênteses censos, não sei se
90 tem algum engenheiro aqui.

91

92

93 **SR. JOSÉ MAURO DE O. DE ALMEIRA – PRESIDENTE (MMA)** – Nós não
94 temos o pessoal que estava aqui ontem para dar esse esclarecimento. De
95 qualquer forma, fica o registro, você participa da plenária do Conama, pode

96levantar isso lá. E coloca censo de novo lá em embaixo, deve constar do
97resultado do censo. Faz esse registro lá, nós então aprovamos os anexos com
98o registro para esclarecimento ou equacionamento dos termos amostragem e
99censo porque ele põe primeiro o censo entre parênteses e depois ele põe
100censo fora dos parênteses aqui. Só para ele ficar igual às duas menções. Ok?
101Então, vamos adiante. Márcio.

102

103

104**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - Presidente da CTQAGR**

105**(Ibama)** – Bom dia a todos. Essa Resolução, eu imagino que vocês terão a
106mesma dificuldade que nós tivemos na Câmara Técnica. Ela é uma Resolução
107bastante específica e com um texto bastante árido porque tem uma
108terminologia muito específica da área do setor elétrico, basicamente. Ela
109decorre da convenção de Estocolmo que, em 2005, estabeleceu a necessidade
110dos países eliminarem seus estoques de bifenilas policloradas, que são
111compostos clorados, como o próprio nome está dizendo, que são poluentes
112orgânicos persistentes com uma capacidade de dano ao meio ambiente e a
113saúde bastante alta e que eram compostos utilizados nos óleos utilizados em
114equipamentos elétricos como componente dielétrico desses equipamentos.
115Então, essa convenção estabeleceu e o Brasil referendou isso através do
116Decreto que, em 20 anos, deveriam ser eliminados todos os compostos, todos
117os resíduos de PCB existentes no país. E isso vem sendo feito, segundo os
118setores detentores desses equipamentos que detém ainda PCB, mas nós
119tivemos algumas ocorrências que preocuparam principalmente o Ministério do
120Meio Ambiente, responsável pela gestão e pelo cumprimento da Resolução,
121que é o fato de que, por dificuldades no gerenciamento de identificação dos
122equipamentos que continham PCB, ocorreu, nesse período, um processo de
123contaminação cruzada porque esse óleo é um óleo que precisa ter uma
124determinada capacidade dielétrica e, nesse processo de recuperação do óleo,
125quando não se tinha identificado o óleo contaminado do óleo não contaminado,
126acabou havendo uma contaminação cruzada e hoje o que aconteceu, o que
127nós podemos dizer que aconteceu, de 2005 para 2014, é que diminuiu a
128concentração de PCB nos equipamentos, mas aumentou o número de
129equipamentos contaminados provavelmente. É o que se imagina que tenha
130acontecido por conta dessa contaminação cruzada. Então, esse óleo foi, na
131verdade, houve uma diluição e uma contaminação cruzada e hoje nós devemos
132ter, nós estimamos isso, não há um inventário preciso, mas nós estimamos
133que, por conta dessa gestão ocorrida no período, que nós tenhamos tido uma
134diminuição da concentração, mas uma ampliação do número de equipamentos
135contendo PCB em concentrações menores. Então, como o objetivo da
136convenção é eliminação de todos os equipamentos e óleos contendo PCB até
13750 PPM's, a Resolução trata com esses limites. Então, 50 PPM's porque,
138abaixo de 50 PPM's para fins da Resolução, para fins da convenção, a
139Convenção considera que eles não são equipamentos PCB. Então, abaixo de
14050 PPM's esses equipamentos não seriam equipamentos PCB. E, portanto, o
141objetivo da Convenção é que, em 2025, nós tenhamos todos os equipamentos
142e óleos trabalhando com teores abaixo de 50 PPM. Se nós atingimos isso em
1432025 teremos cumprido a Resolução, a Convenção. O que essa resolução
144procura fazer, portanto, é estabelecer um gerenciamento dos equipamentos
145com PCB. Então, basicamente, o que ela faz é criar alguns mecanismos de

146acompanhamento dessa eliminação. Então, ele estabelece que todos os
147detentores de PCB listados nessa Convenção, que não são todos os do país,
148mas sim os setores que detém maior quantidade de PCB, façam inicialmente
149um inventário dos seus equipamentos, identificando o teor de PCB nesses
150equipamentos, classifiquem esses equipamentos de acordo com o teor e aqui
151são estabelecidas classes em função do teor de PCB, e passem a fazer o
152gerenciamento, eliminação e manutenção e operação desses equipamentos
153considerando esses níveis de contaminação. E que tenham, então, prazos,
154esses equipamentos têm, portanto, prazos distintos de serem, irem sendo
155eliminados até que nós passamos acompanhar isso, a eliminação até 2025.
156Como que é feito isso? Basicamente, o que a Resolução propõe é que eles
157façam o inventário, comuniquem isso, através de um relatório, ao IBAMA. O
158IBAMA consolida esse relatório e acompanha então. Anualmente esse
159inventário é atualizado em relação a como está a nova situação de
160equipamentos e isso até 2025. O que a Resolução faz de novo em relação ao
161que já existia é criar um mecanismo de acompanhamento dessa eliminação
162buscando evitar o que aconteceu de 2005 até 2014, que foi essa contaminação
163cruzada. Basicamente, é isso. A Zilda pode complementar. Eu estou falando
164aqui de maneira bastante genérica, porque não é minha área. Nós
165coordenamos esse Grupo de Trabalho, discutiu durante quantas reuniões,
166Zilda? Seis reuniões e depois nós tivemos mais umas três ou quatro da
167Câmara Técnica discutindo isso. O que a Câmara Técnica procurou fazer foi
168basicamente um equacionamento um pouco melhor da nomenclatura porque é
169uma nomenclatura complicada, ela vem do setor elétrico e precisou sofrer uma
170tradução para a área ambiental. Então, nós acabamos chegando a uma
171Resolução que tem aplicabilidade para a área ambiental e, ao mesmo tempo,
172esse é o nosso desejo, e, ao mesmo tempo, seja bastante compreendida pelos
173setores detentores de PCB onde o setor elétrico é o maior detentor hoje. Então,
174por isso se reveste de muita importância as opiniões e a participação do setor
175elétrico nisso porque é onde está a maior parte dos equipamentos e tem toda
176uma dificuldade logística, os equipamentos estão todos espalhados nas redes
177de transmissão pelo país inteiro. Os locais de destinação e tratamento estão
178concentrados na região Sul e Sudeste. Então, há uma dificuldade na gestão
179disso. Enfim, eu acredito que ela esteja um pouco mais palatável agora para
180quem não é da área, mas isso não quer dizer que ela esteja simples de ser
181entendida. Eu acredito que vocês terão a mesma dificuldade que nós tivemos
182na Câmara Técnica em entender perfeitamente alguns detalhes da Resolução.
183Olha, isso é que eu tinha a dizer. Eu acho que a Doutora Zilda, se achar
184necessário, Zilda, pode complementar. Eu estou falando aqui de maneira
185bastante genérica, mas nós ficamos aqui, tanto eu quanto a Zilda, Dr. Zilda é
186responsável pelo acompanhamento disso no Ministério. Então, ela tem muito
187mais elementos do que eu para aportar em relação a, e coordenou o Grupo de
188Trabalho, portanto acompanha esse assunto desde lá do primeiro inventário
189que o Ministério fez até a situação que nós temos hoje e pode, sem dúvida,
190enriquecer e contribuir para esclarecer algumas dúvidas que os senhores
191tenham. Eu também me coloco a disposição. É basicamente isso. Ficamos a
192disposição.

193

194

195 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** - O Márcio já explicou bem o
196 que é, esse é um... Desde a década de 80, a fabricação e importação são
197 proibidas desse produto no país. O que aconteceu, naquela época
198 principalmente foi, de lá para cá, é que não foi feita a descontaminação dos
199 equipamentos, dos capacitores, dos transformadores e dos equipamentos de
200 regeneração, aqueles equipamentos que retiravam o óleo. Então, mesmo que o
201 setor elétrico, em um determinado momento, principalmente o setor elétrico
202 porque ele foi o maior usuário desse óleo dielétrico, ele tivesse deixado de usar
203 esse óleo PCB, houve o que nós chamamos de contaminação cruzada, ou
204 seja, por não ter descontaminado todos os circuitos que esse óleo fazia, foi
205 sendo adicionado óleo novo e esse óleo contaminado ficou nos equipamentos.
206 Nos equipamentos de apoio, nos equipamentos propriamente ditos. O
207 Ministério do Meio Ambiente, logo após a ratificação da Convenção de
208 Estocolmo, propôs um projeto para auxiliar no gerenciamento desses resíduos.
209 Isso é um projeto PNUD, que é coordenado pelo Ministério e que se encerra
210 ano que vem e o Ministério teve sempre o cuidado de discutir esse assunto
211 mesmo antes da Resolução. A Resolução é um dos resultados do projeto, não
212 é o único, teve sempre o cuidado de fazer oficina onde, garantindo a
213 participação dos setores envolvidos e discutindo as dificuldades de realização
214 de amostras laboratoriais, de se fazer o inventário. Dois guias foram
215 publicados, eles se encontram em revisão agora, que é o Manual de
216 Gerenciamento do PCB e os seus Resíduos e o Guia do Inventário. E eu acho
217 que o resto, o Márcio falou. O objetivo da resolução é esse, é trazer essas
218 regras para este setor. Nós ficamos durante, acho que durante sete meses,
219 seis, sete meses na Câmara Técnica aperfeiçoando o texto, o que foi muito
220 produtivo porque ampliou o debate principalmente para a participação de
221 Estados e Municípios que tiveram alguma dificuldade de participar durante as
222 discussões do GT e é isso. Eu estou aqui a disposição para esclarecimentos.

223

224

225 **O SR. LEONARDO ESTRELA BORGES (CNI)** – Zilda, eu só queria fazer uma
226 pergunta. Você disse que tem dois guias, não é isso? Do Ministério. As
227 expressões, enfim, os termos das classificações dos guias, elas batem com a
228 Resolução aqui, elas estão todas de acordo, porque você falou também que o
229 guia está em revisão, em processo da revisão.

230

231

232 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** - O guia está em processo de
233 revisão, ele é um documento interno e foi identificado, ao longo aqui das
234 discussões, algumas inconsistências. É natural quando nós recebemos um
235 trabalho que é produto de uma consultoria, às vezes, o consultor não tem
236 aquela afinidade com alguns termos técnicos. A preocupação dessa Resolução
237 foi afinar com a Lei, a 6.938 e a 12.305, e isso para nós é mais importante e a
238 revisão do guia está sendo para adequá-lo à Lei. Algumas coisas que estão
239 inconsistentes. Então, é nesse sentido. Para nós é mais importante que ele
240 esteja adequado às outras resoluções do Conama, à a 6.938 e a
241 principalmente a 12.305.

242

243

244 **O SR. JOSÉ MAURO DE O. DE ALMEIRA – PRESIDENTE (MMA) – Ok?**

245 Vamos lá. O texto da Resolução então.

246

247

248 **O SR. ADRIANO ANDRADE DE SOUZA (Planeta Verde) –** Presidente,

249 Adriano do Instituto Planeta Verde. Como representante do instituto, nós temos

250 uma série de preocupações com relação a essa Resolução. É extremamente

251 complexa do ponto de vista técnico e há pontos como a convencionalidade, a

252 compatibilidade dela com a Convenção, com a Constituição que depende de

253 uma análise técnica mais aprofundada. Então, nós vamos precisar de auxílio

254 de pessoal especializado. O representante da CNI também aqui, o Dr.

255 Leonardo, me informou que vai ser realizado dia 27 e 28 um seminário sobre

256 os impactos dessa resolução no setor elétrico. Por conta desses fatores todos,

257 em nome do Planeta Verde, eu gostaria de pedir vista do procedimento.

258

259

260 **O SR. JOSÉ MAURO DE LIMA O' DE ALMEIDA (Presidente da CTAJ) -** Em

261 votação. Doutora Ludmila.

262

263

264 **A SR^a. LUDMILA MACEDO DA CASTRO E MOURA (Governo do Distrito**

265 **Federal) -** Eu concordo com o pedido de vista.

266

267

268 **O SR. BRUNO LÚCIO MOREIRA MANZOLILLO (FBCN) –** FBCN concorda.

269

270

271 **O SR. JOSÉ MAURO DE O. DE ALMEIRA – PRESIDENTE (MMA) –**

272 Leonardo.

273

274

275 **O SR. LEONARDO ESTRELA BORGES (CNI) -** Concordo. Eu só gostaria de

276 acrescentar já que, enfim, foi citado aqui que haverá um seminário sobre a

277 avaliação dos impactos do gerenciamento ambiental do PCB no sistema

278 elétrico brasileiro na CNI, promovido pela CNI, no dia 27 a 28 de novembro.

279 Então, estão todos convidados. Vai ser no prédio da CNI. Exatamente, eu

280 posso depois encaminhar um convite e será repassado.

281

282

283 **O SR. DANIEL GLAESSEL RAMALHO (Governo de São Paulo) –** Senhor

284 Presidente, esta questão é uma questão muito importante. Eu acho que foram

285 inúmeros debates aqui em Câmaras Técnicas, mais de seis meses, e amplos

286 debates e dificuldades. É uma questão que eu acho que é de extrema urgência

287 de nós resolvermos, mas eu entendo a questão do Doutor Adriano. Eu acho

288 que realmente, sob o aspecto jurídico, nós não temos um balizamento mais

289 claro. Eu acho que esse pedido de vista, ainda mais feito pelo Doutor Adriano,

290 eu acho que pode subsidiar muito bem essa Câmara Técnica para que nós

291 possamos, efetivamente, tirar daqui uma Resolução com aplicabilidade e com

292 efetividade, é o que todos nós desejamos. E até vislumbrando a possibilidade

293 aventada no dia de ontem de se ter uma eventual Plenária, ainda

294extraordinária, em que esse assunto pudesse retornar e ser enviado e,
295eventualmente, ser aprovado e ser aprovado esta Resolução, eu voto, então,
296favorável ao pedido de vista e fico aqui aguardando com imensa ansiedade até
297o parecer do Doutor Adriano porque eu acho que a questão realmente é
298complexa, difícil, mas extremamente urgente. Eu acho que nós temos que nos
299debruçar sobre ela o mais rápido possível.

300

301

302**O SR. JOSÉ MAURO DE O. DE ALMEIRA – PRESIDENTE (MMA)** – Eu
303lamento, eu acho que essa demanda é da sociedade civil, é dos órgãos,
304organismos ambientais. Nessa, nós temos urgência, ainda que não tenha
305regimento de urgência, eu acho que há uma urgência natural de que ela se
306consolide. Do ponto de vista técnico, não tenho nenhuma dúvida que ela está
307pronta para ser votada, mas enfim. Está deferido, então, o pedido de vista. E
308registro o voto contrário dessa presidência e também, a partir desse momento,
309quando já tem uma vista colocada, que a Consultoria Jurídica desse Ministério
310vai trazer um parecer também relacionado a essa questão já do ponto de vista
311jurídico para subsidiar e vai disponibilizar antes, se houver uma reunião
312extraordinária, também já fica o Adriano ciente de trazer esse parecer, se
313houver uma reunião extraordinária, que nós vamos pautar esse tema na
314Reunião Extraordinária também e a Consultoria Jurídica disponibilizará antes
315da reunião, assim que estiver pronto o parecer, nos próximos 15 dias, pelo
316menos, para todo o integrante da CTAJ para que tome conhecimento e nós
317venhamos para o debate, aí sim, jurídico da questão.

318

319

320**O SR. LEONARDO ESTRELA BORGES (CNI)** - É exatamente isso. Eu
321gostaria de um esclarecimento por que eu confesso que eu li o Regimento
322Interno e fiquei sem saber. Quando você tem um pedido de vista, você tem que
323apresentar o parecer na próxima reunião. No caso de uma reunião
324extraordinária, como fica aquele prazo de disponibilizar o parecer até enfim
325cinco dias antes. Como é que isso funciona. Vocês mandam uma notificação?

326

327

328**O SR. JOSÉ MAURO DE O. DE ALMEIRA – PRESIDENTE (MMA)** – Na
329notificação que vai ser convocada a reunião vai junto, já vai ser disponibilizado.

330

331

332**A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** - Eu fui pega um pouco de
333surpresa por esse seminário que a CNI está organizando de impacto do setor
334elétrico porque a CNI. Porque o MME e o setor elétrico acompanham o
335desenvolvimento desse projeto desde a ratificação da Convenção. Então, acho
336que os impactos já deviam estar fazendo parte do planejamento do setor
337elétrico. Inclusive, o setor elétrico nos deu um inventário de PCB's nas fases de
338assistência preparatória, isso foi em 2008, 2009. Eu entendo também que
339nenhuma Convenção é assinada, ratificada pelo Governo Brasileiro sem que a
340esplanada inteira seja ouvida, todas as áreas impactadas. Então, eu fui pega
341um pouco de surpresa de haver um seminário sobre os impactos disso ao setor
342elétrico. Eu acho isso que está com um pouco de atraso, a Convenção foi
343ratificada em 2005 pelo Governo Brasileiro e lá já constava o PCB, o PCB já

344era um dos pops elencados, não era novidades para ninguém, quer dizer, nós
345estamos em 2014 e isso está com, pelo menos, uns 10 anos de atraso. Eu fui
346pega totalmente da surpresa. Eu acho que isso é uma coisa totalmente
347extemporânea.

348

349

350 **SR. LEONARDO ESTRELA BORGES (CNI)** - Mais um motivo para eu
351 reforçar o convite para que todos estejam presente, inclusive você, Zilda.

352

353

354 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** - Eu fui olhar minha agenda,
355 eu, realmente, acho que não tenho agenda para esta data, é uma pena, mas é
356 uma pena uma coisa tão extemporânea, acho que com uns dez anos de atraso,
357 é uma coisa assim meio estranha.

358

359

360 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - Presidente da CTQAGR**

361 **(Ibama)** – Eu só queria fazer um comentário, que é o seguinte: eu acho que do
362 ponto de vista técnico tudo bem que setor elétrico faça suas discussões em
363 relação ao impacto da norma. Agora, essa norma não inova em nada o que já
364 era obrigação do setor ter feito, em nada. A única coisa que essa norma trás é
365 um acompanhamento do Governo para aquilo que já deveria estar sendo feito
366 desde 2005, como disse a doutora Zilda. É a única coisa. Então, do ponto de
367 vista técnico, se o setor quer discutir internamente como vai fazer isso, não
368 vejo como isso possa interferir nesta Resolução. Não vai trazer nenhuma
369 novidade em relação, do ponto de vista técnico, a esta Resolução, por quê?
370 Porque esta Resolução não inova em nada a obrigação estabelecida pela
371 Convenção, em nada. A única diferença da Resolução é que, a partir de agora
372 e, não por acaso, o Governo vai acompanhar o que já deveria estar sendo feito
373 pelo setor regulado. Como o setor regulado não está fazendo direito o que
374 deveria fazer, em vez de eliminar PCB, levou a uma contaminação cruzada e
375 ampliou o número de equipamentos contaminados, agora o Governo, a área
376 ambiental do Governo vai acompanhar a gestão para saber se isso vai, de fato,
377 se nós estamos diluindo ou estamos tratando porque esta é a diferença. Eu
378 tinha lá equipamentos com teor de 300 PPM e agora eu estou com 100. Só que
379 antes eu tinha cinco com 300, agora eu tenho 500 com 100. Isso é bom para o
380 país ou não é bom? Então, é isso que, é a única novidade dessa Resolução é
381 que, a partir da entrada em vigor dela, o setor elétrico vai ter que prestar contas
382 do que está acontecendo com cada um dos seus equipamentos. Que, aliás, era
383 uma obrigação sua e ele devia estar fazendo isso, independente de ser
384 cobrado por ninguém. Não, é essa Resolução que trouxe esse mandato, o que
385 a resolução trouxe agora é o controle, é a única novidade em relação ao que
386 está colocado já na lei e no Decreto que regulamenta a Convenção. Então,
387 assim, do ponto de vista técnico, é importante que vocês saibam disso por mais
388 que um setor discuta o impacto econômico e tal, isso é em direito e é um dever
389 do setor se preparar do ponto de vista econômico para cumprir com uma
390 determinação que, como disse a doutora Zilda, já está em vigor no país desde
391 2005. Agora, nós precisamos, nós, setor que controla que regula e faz a gestão
392 ambiental, nós precisamos ter um instrumento de controle para que seja
393 efetivamente cumprido o compromisso brasileiro e a nossa preocupação é que

394nós estamos em 2014, se esta Resolução não for aprovado este ano, nós
395vamos entrar em 2015. 2015, o Conama se renova todo e esta própria Câmara
396vai se renovar, assim como a Plenária, e aí nós avançar 2015 e talvez lá por
3972016 nós estejamos começando a ter alguma informação de gestão sobre esse
398equipamento e vão faltar só nove anos. Se setor elétrico, em nove anos, não
399conseguiu se organizar, como é que nós vamos cumprir agora em nove anos
400uma Resolução que, a rigor, deveria ir muito além do que ela está indo porque
401ela está trazendo essa obrigação só para os grandes detentores. Nós ainda
402temos equipamento em PCB espalhados por shopping centers, escolas, postos
403de saúde, empresas de saneamento e outros setores que não estão sendo
404objeto dessa Resolução agora. Que nós teríamos que dar conta disso depois
405de cumprido essa meta. Então, vejam, eu só quero chamar atenção para a
406responsabilidade e reforçar as palavras do Doutor Mauro no sentido da
407urgência de que esta Resolução venha a ter um bom termo.

408

409

410 **SR. DANIEL GLAESSEL RAMALHO (Governo de São Paulo)** – Senhor
411Presidente, eu acho que aqui nós temos duas questões distintas. A primeira e
412eu acho que é alvo aqui de debate é a questão dos efeitos. Efeitos
413econômicos, como o Leonardo colocou, se vai ser debatido pela CNI, um dia,
414no final agora de novembro, aí as manifestações tanto da Zilda como do Márcio
415no sentido de que isso é um debate que já está extemporâneo, eu acho que
416toda essa questão permeia o debate que nós temos aqui hoje, mas não é o
417objeto específico de análise nosso aqui. Que eu acho que, e aí é o motivo do
418meu voto inclusive, é no sentido da conformação jurídica. E aí eu acho que o
419pedido de vista do Doutor Adriano, eu acho que vislumbrou essa necessidade
420de um posicionamento mais claro por parte da representação dele para se
421posicionar adequadamente sobre esta questão. E, nesse ponto, também uma
422preocupação nossa, a urgência tem sempre que sempre vir calibrada com a
423possibilidade de termos um resultado efetivo. Como a questão é complexa
424sobre o aspecto técnico, envolve inclusive compromissos internacionais e uma
425série de normas aí que têm que ser bem estruturadas para que a questão
426possa caminhar adequadamente, eu acho que o pedido de vista pode nos
427subsidiar, inclusive agora com a manifestação da Presidência de que a
428CONJUR também pode, nesse prazo, apresentar também uma manifestação
429técnica jurídica específica a respeito dessa matéria. Então, sobre esse aspecto,
430então, não vislumbrando, nesse momento, essa questão dos efeitos
431extranormativos aí da Resolução, mas sim focando a questão da efetividade,
432da conformação jurídica e da possibilidade de ela estar bem encadeada com
433todos os outros atos normativos que nós já temos sobre essa matéria é que
434São Paulo se manifestou sobre acatar o pedido de vista e que eu acho que
435deve ser a preocupação maior dessa CTAJ de nós conseguirmos aproveitar e
436ser amplo debate, que eu já me referi aqui, da qual nós participamos
437ativamente porque temos, através da Cetesb, uma preocupação enorme com
438esse assunto enorme, Então, é uma questão que para nós também é muito
439cara, mas eu acho que nós não podemos deixar que o debate técnico, nesse
440período todo que ele veio, ele seja agora, não vou, talvez negligenciado seria
441uma palavra muito forte, mas que ele seja talvez subestimado por essa CTAJ e
442nós passemos e, efetivamente, aprove uma questão que eu tive dificuldade ao
443me preparar a respeito disso, que eu acho o que Doutor Adriano teve, o Doutor

444Leonardo também, com quem conversava anteriormente teve e que eu acho
445que talvez esse pedido de vista pode nos ajudar a todos aqui nós termos uma
446clareza maior de qual o objetivo específico dessa Resolução e de que forma
447nós podemos buscar, com todo esse cabedal técnico que já foi preparado,
448colocá-la de uma forma a ser efetiva. Então, aqui já me manifestei sobre esse
449aspecto, até já com um pedido também de São Paulo no sentido de que nós
450possamos vir a ter a confirmação dessa extraordinária, tanto de CTAJ como da
451Plenária, porque realmente o assunto é muito importante, é muito relevante e,
452se isso já era uma possibilidade aventada anteriormente, eu acho que agora
453ela ganha em corpo mais forte ainda, que nós pudéssemos trabalhar nesse
454sentido. Eu acho que seria aí extremamente importante e até desejável.

455

456

457**O SR. JOSÉ MAURO DE LIMA O' DE ALMEIDA (Presidente da CTAJ) -**
458Bem. Então, está deferida a vista. Não havendo mais nada pautando, agradeço
459a presença dos senhores.

460

461

462**O SR. BRUNO LÚCIO MOREIRA MANZOLILLO (FBCN) –** Só um minutinho.
463A possibilidade de uma reunião extraordinária da CTAJ ainda este ano é uma
464mera hipótese ou já é uma coisa mais ou menos pensada e quem sabe nós já
465podíamos ter uma previsão.

466

467

468**O SR. JOSÉ MAURO DE O. DE ALMEIRA – PRESIDENTE (MMA) –** Pensada
469ela já é, só está faltando pauta, que seria a proposta de Resolução da
470Qualidade do Ar, mas agora nós já temos pauta, nós temos tinta que está com
471pedido de vista e temos a PCB que está com pedido de vista. Então, a previsão
472é que a CTAJ se realize no dia dois de dezembro e a plenária do Conama no
473dia 16 de dezembro. Isso nós vamos levar, então, a Ministra.

474

475

476**O SR. BRUNO LÚCIO MOREIRA MANZOLILLO (FBCN) –** Era essa a
477pergunta. Obrigado.

478

479

480**O SR. JOSÉ MAURO DE O. DE ALMEIRA – PRESIDENTE (MMA) –** Vamos,
481então, confirmar com os senhores. Por isso que eu disse que o parecer da
482Conjur sai em 15 dias para poder ter tempo de todos analisarem. É uma coisa
483que nós temos que ver.

484

485

486*(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

487

488

489**O SR. JOSÉ MAURO DE O. DE ALMEIRA – PRESIDENTE (MMA) –** É
490possível. Se for extraordinária.

491

492

493 **SR. JOÃO PAULO DE FARIA SANTOS (Diretor do DConama)** – Então, o
494 que nós aprovamos é só a pauta da Plenária. Nós convocaríamos, antes da
495 CTAJ, a Plenária e colocaria a pauta já cinco dias antes, dá tempo.

496

497

498 **SR. JOSÉ MAURO DE O. DE ALMEIRA – PRESIDENTE (MMA)** – Ok?

499 Então, obrigado pela presença de todos, a participação. Um bom dia e um bom
500 retorno para quem é de fora.